

ANGELA DE CASTRO GOMES (ORG.)



---

# O Brasil de JK

2ª EDIÇÃO

---

CLOVIS DE FARO - GERSON MOURA  
HELENA BOMENY - MARIA ANTONIETA LEOPOLDI  
MARIA VICTÓRIA BENEVIDES - MÔNICA PIMENTA VELLOSO  
SALOMÃO L. QUADROS DA SILVA - SHELDON MARAM

  
**FGV**  
EDITORA

# 7

## *Utopias de cidade: as capitais do modernismo*

*Helena Bomeny\**

---

Mais do que referência historiográfica, os anos JK acabaram se transformando em uma expressão popular no Brasil. Tempo de cultura, do teatro de revista, dos bailes e do otimismo ao redor de uma idéia de nação, os “anos dourados”, fonte de nostalgia, inspiraram até seriados de TV. A recuperação dessa magia no senso comum através de idéias soltas, frases irrefletidas, e mesmo convicções sobre aquele momento é uma estratégia interessante, quando queremos retomar dimensões de projetos que se integraram à vida nacional. O próprio fato de encontrarmos disponível um inventário de lembranças é indicativo da importância que toda a sociedade atribui àquela conjuntura. Os anos JK certamente tiveram esse privilégio na cultura brasileira. Passaram para a memória social como expressão de liberdade, de humor, de florescimento cultural, de desenvolvimento nacional, de democracia. Tempos de boa recordação — a despeito de todas as acusações que envolveram o acelerado processo inflacionário —, especialmente pelo que a eles se seguiu, com o cerceamento da liberdade política e intelectual decorrente do autori-

---

\* Pesquisadora do Cpdoc/FGV e professora titular do Departamento de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

tarismo imposto ao Brasil e a outros países da América Latina pelos sucessivos golpes militares de direita. Os anos sombrios da ditadura acabaram realçando, por contraste, o brilho dos anos JK.

No entanto, faz parte da imaginação sociológica suspeitar não só do senso comum, como dos discursos racionais, teóricos, formuladores e justificadores de projetos e práticas sociais. Do senso comum, porque a coerência das frases irrefletidas acaba sendo resultado de atribuição conferida pelos sujeitos ao sabor de suas vontades particulares, interesses parciais e lógicas de conveniência. Dos discursos, porque na maioria das vezes seu compromisso com a coerência sacrifica a compreensão de que a própria coerência de modelos implica tensões, obrigando-nos a repensar o pressuposto da harmonia e do consenso teóricos. Ou seja, limita-nos o entendimento de que o conjunto articulado de categorias está sujeito aos efeitos de conseqüências não antecipadas. Ao primeiro apelo, às atribuições do senso comum, as análises acadêmicas respondem com contrafaces críticas, além da formulação de questões que se destinam a embaraçar o que vulgarmente se tem como alinhado. Quanto ao discurso teórico, as análises mais empíricas podem contribuir para problematizá-lo. As observações sobre as capitais têm, nesse texto, essa intenção de depuramento conceitual.

As análises contidas neste livro fundamentam em dimensões distintas o sentido dessas linhas de memória, relativizando-as, contrapondo-as a laterais outras que não as de otimismo ou fortalecendo-as de acordo com as exigências do procedimento acadêmico. Este texto retoma uma das chamadas do senso comum a respeito dos anos JK. Os simbólicos “50 anos em cinco” tiveram uma cidade como materialização histórica: Brasília, a capital inaugurada em 21 de abril de 1960. Simboliza essa cidade o tom que o presidente da República imprimiria ao país — dinamismo, coragem, tenacidade, pioneirismo desbravador e audácia —, fruto da vontade política associada ao espírito de aventura. As imagens de época são fonte privilegiada de alimento a esse conjunto de valores. JK se misturava aos candangos, empoeirava-se, inspirava letras de música, estimulava socialmente o sonho que se tornara seu da ousadia do desenho arquitetônico moderno. É possível ultrapassar barreiras se a bússola da ação política são a vontade e a crença na utopia.

Em sua utopia, Brasília faria a ponte entre o projeto moderno de Juscelino Kubitschek de Oliveira e o modernismo mineiro dos anos 1920. Foi daquela geração de intelectuais mineiros que saíram expoentes da burocracia nacio-

nal como Gustavo Capanema, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, que tiveram no Estado pós-30 oportunidade única de institucionalização da experiência vanguardista, tudo com o beneplácito do Estado varguista. Nunca é demais lembrar que é por indicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade ao então titular da pasta da Educação em 1931, Francisco Campos (outro mineiro), que o arquiteto Lúcio Costa entra em contato com projetos que seriam desenvolvidos pelo Estado, e que seriam por ele, Lúcio Costa, assinados. E Oscar Niemeyer deixa marcada sua presença nos projetos desenvolvidos pelo Estado através de um convite que lhe foi feito pelo então ministro da Educação, Gustavo Capanema, em uma gestão iniciada em 1934. A cidade-capital, construída nos anos 1950 com as linhas da arquitetura moderna, nos leva de volta às heranças de Minas Gerais que, traduzidas no final do século com a construção de Belo Horizonte, ganham com JK fórum nacional. O discurso dos republicanos mineiros a respeito da mudança da capital do estado no final do século passado e a mística do “economismo” que caracterizou o governo do republicano histórico João Pínhireiro na primeira década do século XX têm sua atualização e dimensão nacional com a construção de Brasília, e com a consagração da mística do “desenvolvimentismo” de JK. Em outras palavras, a utopia urbana concebida no sonho de Brasília nos traz de volta a *modernidade/mineiridade* de JK.<sup>1</sup>

Ainda do inventário do senso comum, é preciso salientar outras ligações. JK cumpriria uma profecia de indiscutível força na recuperação de uma tradição histórica e política. Ele faria, com uma habilidade incomum, a ponte entre o velho e o novo Brasil. Seus “50 anos em cinco”, de que a construção de Brasília é paradigma, incorporariam o folclore do *Peixe vivo* do acervo cultural da Diamantina mineira, sustentando uma fórmula, nem sempre observada, segundo a qual cultura se faz pela incorporação, e não pela recusa da tradição. É possível que essa fórmula tenha sido responsável pela permanência lendária da idéia de estabilidade do governo e da era JK. Aos analistas não escapou esse traço de Juscelino Kubitschek de uma habilidade que se estendia à órbita das conexões partidárias, das relações internacionais, e do cruzamento de forças conservadoras com demandas da oposição.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Para uma leitura sociológica da mineiridade na perspectiva que estou propondo neste capítulo, ver Bomeny, 1991.

<sup>2</sup> Ver, entre outros, Lafer, 1970; Benevides, 1976; e Nunes, 1984.

Mas Juscelino selaria o conjunto de atributos, a ele conferido pelo imaginário cultural, com a criação da nova capital do país. Brasília viria como “meta-síntese” das 30 metas iniciais com as quais acenava para a nação em campanha eleitoral. Em suas memórias, JK atribui ao projeto da capital um acaso político no episódico comício de Jataí, quando respondia a um virtual eleitor goiano que o inquiria sobre o cumprimento da promessa a Constituição. Um dos itens da Constituição dizia respeito à transferência da capital da República para o planalto goiano. “Acabo de prometer que cumprirei, na íntegra, a Constituição, e não vejo razão para ignorar esse dispositivo. Durante o meu quinquênio, farei a mudança da sede do governo e construirei a nova capital”, respondia JK ao aparteante.<sup>3</sup> A nova capital daria forma ao grande projeto de integrar o país ao mundo moderno em suas linhas leves e flutuantes que, nas palavras de Niemeyer, manteriam “os palácios como que suspensos, leves e brancos, nas noites sem fim do Planalto”.<sup>4</sup> O aparteante goiano ganhava a tonalidade de uma fala encomendada, pois parece haver uma sintonia indiscutível entre o ideal desenvolvimentista de JK e a marca urbana de uma cidade voltada para o futuro, planejada para um tempo infinito em suas linhas retas e seu traçado racional.

Prefeito de Belo Horizonte entre 1940 e 1945, Juscelino Kubitschek dá mostras de sua afinidade com projetos urbanísticos ousados e modernos, deixando sua marca na construção do bairro da Pampulha. JK encomenda ao arquiteto Oscar Niemeyer um projeto para a construção nesse bairro de uma área de lazer de luxo compreendendo um clube náutico com cassino, sala de dança e uma capela. Já naquele experimento ficaria marcada a ruptura ou a “liberação” de Niemeyer da influência de Le Corbusier e da arquitetura “ortogonal” do movimento moderno.<sup>5</sup> Esse ensaio de ruptura traduziu-se mais tarde em outro ponto de mediação que fortaleceria o projeto JK. O plano “ortogonal” de Lúcio Costa para Brasília acolheria as “curvas” de Niemeyer, ou seja, ao modelo racionalista do desenho urbano misturavam-se a monumentalidade e a explosão dinâmica dos volumes à maneira de Niemeyer, o que vale dizer, a dimensão barroca do arquiteto moderno.<sup>6</sup> Mário Pedrosa se

---

<sup>3</sup> Citação extraída de *Nosso século, 1945-1960* (1980:207).

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Ver a interessante análise de Durand, 1991. As ligações de Le Corbusier com o Brasil estão registradas em uma extensa correspondência publicada em Santos, 1987. Agradeço a Licia Valadares a oportunidade de conhecer essa obra.

<sup>6</sup> Cf. Coelho, 1991.

refere assim a esta particularidade de Niemeyer: “As velhas igrejas barrocas de Minas têm algum sentido no amor de Niemeyer pela forma curva”.<sup>7</sup> A conexão Pampulha/Brasília estreitaria os nexos entre os dois tempos do modernismo mineiro. Mais do que esta singularidade, firmaria a importância do modernismo mineiro no estabelecimento de políticas arquitetônicas no Brasil.

A utopia da sociedade moderna enraizada na utopia de uma cidade moderna vinha de antes: datava, como registro, da Constituição de 1891. Mas desde muito antes o distante sertão de Goiás entrara na cogitação de Francisco Adolfo de Varnhagen, historiador e diplomata nascido em São Paulo, depois tornado Visconde de Porto Seguro, que trabalhou com afinco sobre a idéia de fundar a nova capital no planalto central do país. Era uma alternativa possível e atraente a de ligar a nação pelo interior. A retomada no século XIX fortalecia uma tradição mítica de séculos anteriores, de resplandecimento, de imagens paradisíacas que a região voluptuosamente oferecia por meio de seus rios, lagoas e florestas selvagens. O Planalto Central, além da mítica tradição, era lembrado como ponto estratégico para a nova capital pela possibilidade de unificar o país de dispersão e dimensões continentais.

Estudos sobre a transferência da capital recuperam da historiografia, dos relatos dos viajantes e dos discursos parlamentares os momentos em que mais calorosamente travou-se o debate, além de resgatar os argumentos utilizados para justificar o projeto. Desde 1750, a mudança da capital do Brasil para o interior foi objeto de lentos, exaustivos e repetidos debates e decisões. Benício Schmidt sintetiza os passos mais notáveis desse trajeto.<sup>8</sup> Antes mesmo da mudança da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, a preocupação com a interiorização do país estava já registrada. Na agenda dos inconfidentes mineiros a idéia da nova capital se ligava à utopia revolucionária de independência e autonomia frente à Corte portuguesa. Legitimava-se também pelo ideal civilizatório de elevação dos padrões educacionais e de riqueza da nação.

Aos motivos e ideais revolucionários acrescia-se um conjunto de argumentos políticos de forte impacto. A referência aqui são os trabalhos de Varnhagen, especialmente *A questão da capital: marítima ou interior?*, publicado em 1877. No centro das preocupações, sublinhava-se a vulnerabilidade do litoral em face de possíveis invasões estrangeiras. As capitais seguras deveriam estar localizadas ao longo dos rios, e não nas costas marítimas.<sup>9</sup> Contra o

<sup>7</sup> Pedrosa, 1981:263.

<sup>8</sup> Schmidt, 1981.

<sup>9</sup> Ibid.

Rio de Janeiro, mais esse argumento imbatível! Havia outros ainda. Também o clima tropical ampliava o leque de inconveniências que o então Distrito Federal exibia ao país. E não bastassem esses dois argumentos tão definitivos e impactantes contra o Rio de Janeiro, tinha ainda a capital federal que se explicar diante da nação pela imagem negativa com que aparecia aos olhos do país.

Os republicanos de 1889 tinham razões de sobra para a retomada do mito paradisíaco de uma capital interiorana. Uma delas era a imagem de turbulência e incontida irreverência da capital do país, o irrefreável e moralmente suspeito ambiente urbano do Rio de Janeiro, de permanente agitação e desobediência de uma população incontida, desordenada e agitada.<sup>10</sup> O século XIX, da ciência e da higiene, do progresso e da indústria, da República e da razão, olhava com suspeita o desordenamento do Distrito Federal, desconfiando também dos limites impostos pela obscura e barroca Ouro Preto.

A República tratou de registrar a utopia em sua primeira Constituição, e Minas Gerais cuidou de lhe dar concretude com a criação de Belo Horizonte em 1897, cidade filha única da República proclamada em 1889. A estrada que liga Belo Horizonte a Brasília é também aquela que liga dois tempos modernistas a uma origem comum. Recuperar Brasília, portanto, é não só recuperar a utopia de uma sociedade moderna, mas também retomar da realização moderna raízes de uma tradição mais antiga que se atualiza em leituras e projetos posteriores, mantendo acesa a suspeita de que são inesperados, conflitivos, e por vezes anteriores os traçados arquitetônicos da modernidade.<sup>11</sup>

## *As cidades-irmãs no modernismo*

Belo Horizonte e Brasília transformaram-se em bons pretextos para análises e interpretações sobre o universo urbano produzidas no Brasil e no exte-

---

<sup>10</sup> Vem crescendo na produção intelectual o número de trabalhos sobre a cidade do Rio de Janeiro, especialmente as interpretações que cuidam da imagem, freqüentemente negativa, com que a cidade-capital era identificada. Ver, entre outros: Carvalho, 1987.

<sup>11</sup> A ligação entre as cidades de Belo Horizonte e Brasília tem já lugar consagrado na produção intelectual sobre cidades. São visíveis e óbvias as associações. Duas cidades planejadas e pensadas segundo critérios modernos de arquitetura urbanística; duas cidades criadas para serem capitais; especialmente, duas cidades concebidas a partir de Minas Gerais. Em certo sentido, Belo Horizonte acaba sendo um experimento que fortaleceria a concretização da outra aventura urbana tempos mais tarde, com Brasília.

rior. O catálogo de teses sobre cidades tem, em um de seus capítulos, um conjunto de reflexões sobre esses experimentos urbanos modernos. Uma avaliação superficial do conjunto chama a atenção para a convergência não só de um apelo interpretativo marcado por uma espécie de desapontamento, como para a recorrência de ênfase na categoria *espaço* como ponto irradiador de incursões antropológicas, sociológicas e políticas.<sup>12</sup> Das teses sobre Brasília, uma em especial me chamou a atenção por um dos argumentos do autor que se afina, a meu ver, com as linhas dessa reflexão. Trata-se da obra de James Holston, *The modernist city: architecture, politics, and society in Brasilia*.<sup>13</sup> Holston acompanha de forma minuciosa e densa o processo de realização histórica da “utopia igualitária” que motivou e fundamentou ideologicamente o projeto dos modernistas para a construção de Brasília. O estudo que fez das transformações por que passou a cidade mostrou que seus idealizadores estavam motivados pela intenção de criar um sistema igualitário de relações de propriedade e de distribuição dos serviços e vantagens na nova capital. No entanto, o traçado arquitetônico que retirava da vida urbana o trajeto pelas ruas, o espaço público das ruas, o encontro dos desiguais em um espaço democrático que a rua historicamente representa, enfim, nas palavras do autor, “*the death of the street revealed fundamental contradictions between the architectural forms of the modernist city and its egalitarian intentions*”.<sup>14</sup> Brasília acabaria sendo prova de uma dupla traição. Nem corresponderia a uma cidade que, desordenada mas gradativamente, ia encontrando suas formas próprias e familiares de estruturar uma tradição, nem corresponderia ao que os arquitetos haviam imaginado. A própria concepção do projeto moderno adultera, e até repudia, valores convencionais a respeito das cidades, concepções tradicionais sobre a vida urbana. O plano de funcionalidade e de rompimento de hábitos pessoais e associações coletivas acaba engrossando o rol dos desapontamentos dos seus habitantes. Os depoimentos recolhidos da primeira geração de brasilienses

<sup>12</sup> Da listagem de teses defendidas sobre o Brasil urbano, algumas lembranças podem ser ilustrativas. Cf. Caffozza, 1984; Gonzales, 1979; Campos, 1988; Iwakami, 1988; Paviani, 1977. Outros títulos na mesma direção podem ser encontrados em *1001 teses sobre o Brasil urbano. Catálogo bibliográfico 1940-1989* (Rio de Janeiro, Iuperj/Anpur-Urbandata, 1991). Além das teses, os artigos nacionais e estrangeiros são uma amostra curiosa de como, através da categoria espaço, se articulam as interpretações de cunho sociológico, antropológico e político.

<sup>13</sup> Holston, 1986. Uma versão mais condensada desse trabalho foi publicada como artigo no *Anuário Antropológico do Museu Nacional*. Ver Holston, 1980.

<sup>14</sup> Holston, 1980:434.



conduziram o autor à interpretação de que a utopia moderna teria sucumbido em uma espécie de efeito perverso, revelando-se no seu oposto.

*What they rejected in the city's design was its negation of familiar patterns of urban life. (...) they considered that the standardization of residential architecture produced anonymity among residents, not "equality" as intended.<sup>15</sup>*

James Holston nos traz de volta um tema já clássico no pensamento sociológico. A cidade ocidental moderna marca historicamente a primeira experiência de "igualdade" no sentido em que garante em seu traçado público a manifestação das diferenças econômicas, dos estilos sociais e das convicções políticas, além de ser o espaço legítimo da competitividade entre os indivíduos. É no espaço urbano que ganha universalidade o sentido da cidadania. É na cidade portanto que se discute, se critica e se vivencia a experiência da modernidade.

Das múltiplas e nem sempre sonantes expressões da modernidade, a cidade condensa em seu espaço a soma dos paradoxos, das representações mentais, das estruturas de relações sociais, jurídicas e políticas referidas ao universo típico do mundo moderno. O tema da cidade esteve desde sempre associado à construção da sociedade moderna, ainda que não seja ele restrito ao cenário das sociedades modernas. Esta referência sociológica tem sua contrapartida na teoria, e a tipologia weberiana, por exemplo, constrói-se exatamente no contraste entre experiências distintas: cidades orientais e cidades ocidentais são pares importantes no conjunto do pensamento sobre cidade. São exemplares porque dizem respeito ao maior ou menor grau de desenvolvimento tecnológico, de racionalização das relações jurídicas, e do grau de autonomia e universalidade no estabelecimento do pacto regulador das transações urbanas, nos campos de atividade próprios do mundo do mercado burguês. Os textos clássicos sobre cidade nos lembram sempre a categoria cidade antiga, já consagrada na literatura por Fustel de Coulanges, referência de onde se construiu a antinomia também clássica na literatura sociológica entre cidade antiga e cidade moderna. Assim, se a pólis grega de um lado nos lembra o ideal de democracia no exercício da cidadania, de outro nos remete a um universo de vida urbana ainda movido segundo regras próprias de uma cidade pequena, em certo sentido distanciada do ideal universalista, impes-

---

<sup>15</sup> Holston, 1980:432.

soal e anônimo das grandes metrópoles individualistas modernas.<sup>16</sup> A pólis grega não se inclui no ideal “igualitário” que presidiria o projeto político das cidades ocidentais caracterizadas como espaço público de exercício da cidadania. O ideal de cidade moderna constrói-se sobre um princípio de autonomização de relações, e inclusive no fato de que seu habitante é um homem que não s

tensão das vantagens urbanas aos cidadãos e o acesso dos indivíduos aos múltiplos bens e serviços da cidade, mais do que ideologia, são pré-requisitos à realização da moderna concepção de cidade ocidental. O mercado, o intercâmbio regular, a racionalização de procedimentos são dimensões importantes integrativas ao moderno conceito de cidade e, por extensão, à própria concepção de modernidade.

Tendo em mente essa referência, é possível concordar com a afirmação de Mário Pedrosa de que Brasília seria o produto “mais acabado de uma época prevista pelo historiador Henri Pirenne, que viria coroar a evolução dessa entidade histórica que é a cidade, desde a pólis grega e a comuna medieval”.<sup>17</sup> Pedrosa está se referindo ao fenômeno histórico de poder ser a cidade produto de “um fato da natureza” ou da intervenção da agência humana com o planejamento e a construção. Brasília comporia a “época mais avançada” na qual, através do método, o homem avança sobre o controle da natureza, marcando-a, redefinindo-a com paisagem inteiramente nova, objeto da criação humana, malgrado as desvantagens de clima e de solo. Uma decisão do espírito de empreendimento que registra na paisagem virgem a mão do homem.

Brasília seria portanto exemplo de uma moderna concepção de cidade naquilo que tal concepção corresponde à intencionalidade racional do homem na sua relação com a natureza. A moderna cidade ocidental, no entanto, chega também à estatura de conceito sociológico por outras injunções, que em certo sentido guardam correspondência com a dimensão acima sublinhada. A concepção moderna de cidade esteve comprometida com o ideal da burguesia de criar um código racional de administração que, atravessando fronteiras, ligasse cidadãos em torno de princípios universais que os iguallassem juridicamente como cidadãos na relação uns com os outros, e não através da mediação das castas, clãs ou grupos. A capacidade da burguesia de construir

<sup>16</sup> Simmel, 1979.

<sup>17</sup> Pedrosa, 1981:345.

relações inteiramente novas e independentes das estruturas vigentes de dominação fez com que Max Weber se referisse à relação de dominação que daí resultou como *dominação ilegítima*, ou seja, fora da constelação de legitimidade definida segundo a estrutura de poder vigente. Esta é a particularidade da cultura ocidental, e a novidade que a cidade medieval apresenta como acontecimento único. A cidade moderna exprime de forma paradigmática a mudança que se opera no mundo das relações sociais na direção do individualismo, da racionalização, da diferenciação do universo das profissões, da abertura de caminhos e interações econômicas, sociais e políticas.

Portanto, dizer que os homens que estiveram às voltas com um projeto modernizador retomaram o cenário da cidade é dizer quase o óbvio, dada a vinculação estreita que as tradições intelectual e política revelam entre modernidade e ambiente urbano. Os políticos do final do século XIX foram por certo testemunhas vivas e artífices desta vinculação. As reformas urbanas a que procederam entraram em nossa memória social como projetos de repercussão aguda. Cidades são expressão de estágios de modernidade. Se sujas, sinuosas, apertadas, em caracóis (e por que não dizer barrocas?), revelam o quão distantes podem estar do ideal de infinitude e universalismo próprio dos centros metropolitanos. O *rationale* das reformas encontrava repouso e reforço no próprio senso comum, na medida em que recorrentemente se estabelecem correspondências entre estrutura urbana e grau de modernidade. E os exemplos de grandes reformas ocuparam significativo espaço na literatura. A Viena dos arquitetos Sittes e Wagner, a Paris de Haussmann, a São Petersburgo de Pedro, o Grande, e a Amsterdã de Berlage são famosas experiências de vanguarda realizadas graças ao envolvimento maciço do setor público.<sup>18</sup> São ainda as nobres ante-salas daqueles ensaios reformadores e modernistas do Terceiro Mundo em que se incluem o Rio de Janeiro de Pereira Passos, a Belo Horizonte de Aarão Reis, e a nova capital do Brasil, Brasília, de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Esses exemplos têm-se constituído em motivos de análises comparativas entre versões que disputaram a primazia no estabelecimento de projetos para a sociedade moderna. Em alguma dimensão ambicionaram emparelhar-se aos clássicos exemplos de Paris, Londres, Nova York, Berlim, Viena e São Petersburgo, caixas de ressonância de espetáculo e pobreza, de liberdade e anomia, centros irradiadores de política, economia e cultura.

---

<sup>18</sup> Cf. Schorske, 1988; e Berman, 1986.

A associação entre construção/reconstrução urbana e modernização prossegue em análises mais contemporâneas. Marshall Berman se refere à construção de São Petersburgo como “o exemplo mais dramático, na história mundial, de modernização draconiana concebida e imposta”.<sup>19</sup> Uma cidade que deveria funcionar como uma “janela para a Europa”, descartando Moscou como capital, com todos os seus séculos de tradição e aura religiosa, São Petersburgo foi planejada, projetada e organizada inteiramente por arquitetos e engenheiros estrangeiros vindos da Inglaterra, França, Países Baixos e Itália. Seu desenho era geométrico e retilíneo, “padrão de planejamento urbano ocidental desde a Renascença, porém sem precedentes na Rússia, cujas cidades eram aglomerações, sem qualquer planejamento, de ruas medievais, tortas e sinuosas”.<sup>20</sup>

Angél Rama também se ocupou com o tema das cidades, agora no contexto latino-americano. O sonho de razão que embalou as iniciativas de modernização urbana teve sua tradução no Brasil com nossas duas cidades planejadas, e por isso Belo Horizonte teria funcionado como experimento mental e histórico da realização futura da Brasília de Juscelino Kubitschek. A mudança da capital do estado de Minas Gerais com a construção de Belo Horizonte mobilizou os republicanos mineiros do final do século XIX. Entre os políticos que defendiam a mudança da capital encontramos João Pinheiro com o projeto de modernizar e industrializar Minas Gerais, centralizando racionalmente sua administração e unificando política e culturalmente o estado, marcado pelo divisionismo de grupos que ameaçavam aquela unidade da recém-proclamada República com o separatismo, um fantasma político que marcou a conjuntura do século XIX.<sup>21</sup> A nova capital representaria um novo centro econômico, e sua localização poderia significar a vitória de um dos setores da oligarquia mineira. Enquanto as forças políticas tradicionais das regiões Norte e Centro se organizavam para manter o poder, a região Sul e a Mata, com o argumento da virtual força do café para a economia mineira e insatisfeitas

---

<sup>19</sup> Berman, 1986:171.

<sup>20</sup> *Ibid.*

<sup>21</sup> Em 1862, 1866 e 1884 houve tentativas de criar Minas do Sul independente; na década de 1870, a região do Triângulo Mineiro reivindicou independência de Ouro Preto; em 1873 o imperador endossou um projeto de criação de uma nova província no vale do rio São Francisco, de Montes Claros ao sul de Pernambuco. Essas indicações bem apontadas por Schmidt são reveladoras de que ao discurso de unificação correspondia uma realidade em franco processo de desagregação.

com a marginalização imposta pelos grupos dominantes de Ouro Preto, não escondiam mais a intenção de assumir o controle político do estado de Minas Gerais. O café, em sua fase de ascensão, dava novo impulso à economia mineira, agravando ao mesmo tempo o isolamento da tradicional Ouro Preto. Em 1894, Afonso Pena, governador do estado, nomeou o engenheiro Aarão Reis, residente no Rio de Janeiro e procedente do Pará, para chefiar a comissão de construção da nova capital. Aarão Reis é sempre lembrado por sua formação positivista, à qual se atribui o estilo centralizador impresso no desenho arquitetônico da cidade. Afinal, não seria a prova de que a ciência deve e pode mudar o mundo? Não seria evidência de que, pela ciência, seria possível controlar as desordens e os conflitos entre desiguais em interação nos espaços misturados das tradições urbanas convencionais?

A nova cidade seria construída onde antes existia o povoado de Belo Horizonte, antigo Curral Del-Rei. A planta dividia a cidade em três setores: o primeiro, urbano, tinha avenidas largas, lotes e quarteirões bem planejados, infra-estrutura sanitária, e era cercado fisicamente pela avenida do Contorno; o segundo, suburbano, era traçado em ruas estreitas e quarteirões irregulares; e ao terceiro, finalmente, reservava-se a periferia, destinada à pequena lavoura.<sup>22</sup> A construção da cidade trazia manchas que a sociedade teria que assimilar. Despossuídos de toda ordem, desclassificados de toda espécie compunham o conjunto dos milhares de operários da construção civil a serviço do projeto moderno.

De fato, o projeto da cidade trazia de início a marca do que se chamaria “cidade espetáculo”, com o predomínio do princípio da segregação físico-espacial a criar barreiras à participação e uso do ambiente urbano por camadas da população que para ali se dirigia. O desenho parecia não responder historicamente aos desafios de um ambiente de moradia. E Belo Horizonte parecia não se livrar muito cedo de seu pecado original. Foi, de início, e por um tempo não desprezível, um “aglomerado de imigrantes”. Um desafio que respondia com coerência à dupla função com a qual fora construída: constituir-se no centro político unificador de um estado marcado, no século XIX, pelo espectro do separatismo e, simultaneamente, ser o centro intelectual a partir do qual se irradiaria, como capital, o caldo cultural destinado a ser a síntese de toda uma região. Não por acaso, foi batizada originalmente *Cidade de Minas*.

---

<sup>22</sup> Andrade, 1986; Guimarães, 1991.

Faria confluir culturalmente, em forma de unidade, a diversidade que historicamente acompanhou aquela parte do país. O papel unificador de Belo Horizonte, cidade criada por artifício da razão, corresponderia simbolicamente ao discurso de apelo à voz uníssona de Minas no cenário nacional. O ideário de uma região poderia ser estendido para toda a Federação. A *mineiridade* se libertava das cercas do provincianismo regional e extrapolava para um projeto universal, de cunho cosmopolita, sustentado no ideário urbano moderno próprio dos centros difusores de cultura e política. A idéia de síntese foi concebida junto com o projeto da capital não por casualidade, mas sim em resposta às antinomias e conflitos que uma tradição de diversidade de povoamento, de interesses e influências legou ao estado de Minas Gerais.<sup>23</sup>

Nascida da confiança iluminista nas operações racionais, Belo Horizonte veio a se transformar em evidência do que Angél Rama chamaria de “cidade letrada” — “o sonho de uma ordem”, o modelo concebido pela “inteligência”, na convicção de que o processo da razão seria capaz de impor medida e ordem a todas as atividades humanas.<sup>24</sup> Uma idéia de que pela *ordem*, traduzida no contexto urbano por planejamento, era possível alcançar o princípio e a estrutura da modernidade na vereda da ciência. O contraste com o projeto infinito da razão científica do planejamento estaria em Ouro Preto, com suas ruelas estreitas e sinuosas, com a falta de perspectiva pelo traçado desigual das laideiras. Além disso, Ouro Preto não estava sendo capaz de concentrar o fluxo de negócios que o estado produzia, dispersa e assistematicamente. As ligações se faziam entre os núcleos fragilmente unificados por um setor externo e cidades outras que não a capital. Se um consenso havia entre os políticos e administradores, dizia respeito ao esgotamento da velha capital para responder aos impulsos dinamizadores dos setores da produção em Minas.

Belo Horizonte marcava também o contraponto a uma tradição rural recortada pelos sítios, fazendas e roças das minas e sertões das Gerais. Um sonho urbano de razão segundo o qual, pela razão científica, seria possível o aperfeiçoamento social. Mas o sonho não pararia por aí. Poderia ainda ser a tentativa de conciliar divergências, “atraindo para um centro de gravidade neutro as áreas mais diversificadas”<sup>25</sup> na medida em que o plano original de

<sup>23</sup> As análises sobre a mudança da capital mineira e as interpretações sobre a política mineira reforçam a tese da necessidade de controlar conflitos entre grupos oligárquicos regionais. Ver, entre outros, Ozorio, 1981; Resende, 1974. Ver também Bomeny, 1991.

<sup>24</sup> Rama, 1985:26.

<sup>25</sup> Ver Vasconcelos, 1968.

integração era desafiado permanentemente pela realidade distinta das Minas e das Gerais. A rede viária de transportes que servia ao estado denunciava isso. Ela buscava o exterior e não confluía para o seu centro político, administrativo e geográfico: buscava o caminho para o mar, nos adverte Sylvio de Vasconcelos, visando ao Rio de Janeiro. As comunicações correspondiam ao *status* local: as Minas ligadas ao Rio, as Gerais centripetamente interessadas nos estados vizinhos, mais precisamente nos sertões que faziam divisa com outros estados — o sertão de Paracatu na fronteira com Goiás; o sertão de Jequitinhonha na fronteira com a Bahia; e o sul de Minas Gerais com o sertão da serra do Mar, Rio de Janeiro. Belo Horizonte nasceu com essa missão integradora do próprio estado de Minas Gerais.

A transferência da capital do país foi igualmente legitimada pelo ideal de integração. Também aqui o argumento se sustentava pelo contraste, desta feita, com o Rio de Janeiro. Desde muito antes, a utopia de integração embalava o projeto de transferência da capital. Procurava-se um lugar central, “neutro” e distinto da tumultuada Rio de Janeiro, Distrito Federal no final do século, pólo da gravitação política nacional. Também como no caso da capital de Minas Gerais, a mudança da capital do Brasil esteve de início associada ao desenvolvimento do projeto republicano. E a dimensão geográfica contida nos projetos respondia em ambos os casos ao argumento de *unidade* territorial, quer na Belo Horizonte de fim de século, quer na Brasília dos anos 1950-60. Compreende-se portanto a recorrência à categoria *espaço*, chave das interpretações contemporâneas de matizes diversos, antropológico, sociológico, político, demográfico.

As utopias urbanas criadas sob o caldo de cultura político da integração, da criação da nacionalidade, funcionavam ainda como recurso estratégico para manter na dispersa República o ideal de centralidade e unidade que estabilizou o Império. Os debates parlamentares travados no Congresso Nacional na década de 1890 são ilustrativos da força do argumento da “civilização irradiada de um centro”.<sup>26</sup> A estabilização da República em 1894 arrefeceu a urgência da transferência da capital do país. E porque menos conflituada, essa capital recuperou a imagem de paraíso de beleza natural que a caracterizou dentro e fora do país na combinação extravagante e rara de mar, montanha e floresta

---

<sup>26</sup> O acompanhamento do debate sobre a transferência da capital nos Anais do Congresso Nacional pode ser encontrado na dissertação de mestrado de Edgard Ferreira Neto (1989).

dentro do espaço urbano.<sup>27</sup> E como apropriadamente indica Edgard Ferreira Neto, a política de Campos Sales de redistribuir o poder para os estados, retirando do Distrito Federal a atenção até então concentrada, apaziguou momentaneamente os ânimos que se insurgiam contra o ambiente poluído e amoral do Rio de Janeiro. Se o debate sobre a mudança da capital se secundarizou, seu lugar na agenda foi ocupado pelo projeto da reforma de Pereira Passos — a ciência a serviço da modernização da “maravilhosa”, mas velha e contaminada capital do país. O resultado da reforma confirmou a permanência do Distrito Federal na “Cidade Maravilhosa”, agora com sinais modernos e civilizadores das largas avenidas modeladas segundo padrões de urbanidade parisiense. A capital se manteve até que outro sonho ousado, de *indiscutível* modernidade, se impôs pelas mãos e rédeas do governo JK. Minas Gerais voltaria a desempenhar no urbanismo o papel que desempenhara na política educacional. Viriam daquele estado lideranças políticas e intelectuais que sistematizariam e implementariam o que por dois séculos se dispersava nas múltiplas falas da política, do parlamento, da modernidade arquitetônica. O papel estratégico que a política mineira desempenhou na *institucionalização* do Estado Nacional pós-30 seria atualizado nos anos 1950 com os apelos e a política de abrir o país para o mercado internacional. O passaporte para essa viagem tinha enquadrada como foto a ambiciosa construção de uma cidade, e como *fato* a troca definitiva do endereço para onde seria enviada a correspondência do governo.

### *Descaminhos da igualdade: de volta a Tocqueville*

Nossas utopias urbanas nos deixaram como herança curiosidades intelectuais, através das quais podemos estabelecer conexões sociológicas interessantes. Um dos paralelos possíveis nos é indicado por Holston nos depoimentos críticos da primeira geração de brasilienses. A “cidade da igualdade” havia produzido o isolamento, a hierarquização, a dificuldade de usufruir das vantagens modernas pelas quais seus habitantes foram seduzidos. Brasília naufragaria, aos olhos de sua primeira geração, no efeito perverso da traição, do

<sup>27</sup> Ver Evenson, 1973. A autora analisa a influência de Le Corbusier, a reforma de Pereira Passos e o grande projeto de arquitetura moderna com a construção de Brasília, sublinhando a tradução particular e o sentido moderno propriamente brasileiro que envolveu essas duas experiências urbanas.



adulteramento da utopia. Uma “cidade sem gente” porque, do confronto original entre o discurso igualitário de seus fundadores e o discurso de elite dos tecnocratas do governo,<sup>28</sup> sobrepuseram-se, como cotidiano, o isolamento burocrático, a hierarquização por cargos e funções na máquina governamental e o segregacionismo dos brasilienses, resultado de um “desvio real” da intenção ideal de criar, no desenho arquitetônico das superquádras, a socialização e o conforto social a que a população teria direito. Na concepção ideal, misturavam-se em uma mesma superquadra motoristas e ministros, firmando o projeto de que a cidade deve pertencer “ao povo”.

Belo Horizonte pôde igualmente ouvir sua primeira geração. Uma geração ilustre de intelectuais modernistas que, nos anos 1920, deixou registrados, pública e literariamente, seus depoimentos sobre a nova capital mineira. As largas avenidas, pelas quais, em sintonia com as ousadas tendências dos grandes centros, caminhariam em direção ao cosmopolitismo, estreitavam-se simbolicamente no incorrigível provincianismo cerceador das liberdades e autonomia do indivíduo metropolitano.

As duas cidades planejadas prometiam, a primeira, no final do século XIX, a abertura ao universalismo cosmopolita, e a segunda, nos anos 1950-60, na crítica às experiências urbanas saturadas, e com o plano arquitetônico de largos espaços, a amplitude e a extensão da igualdade. Dois abortos de projetos modernos? Dois equívocos conceituais? Alguma extemporaneidade teórica?

Foi Tocqueville quem de forma mais insistente tomou como questão teórica o desafio, posto pelas sociedades modernas, de equacionar igualdade e liberdade. E principalmente está nesse autor a reflexão que aponta para conseqüências perversas a que estão sujeitas as sociedades cujo alvo da ação social e política restringe-se ao ideal de igualdade sem a incessante vigilância mediadora da liberdade como valor. Restauradas sob o fundamento de quebra de hierarquias constituídas e de privilégios consagrados, as sociedades modernas viam-se na contingência de privilegiar o ideal de igualdade como espinha dorsal da nova configuração política, restando-lhes o desafio de evitar as conseqüências advindas do processo de quebra de estruturas sedimentadas com procedimentos centralizadores e uniformes que, ao fim e ao cabo, transformariam a utopia da igualdade em uma realidade de “despotismo democrático”. O raciocínio de Tocqueville foi assim sintetizado por Marcelo Jasmim:

---

<sup>28</sup> Holston, 1980.

“Faz parte do processo de superação das estruturas hierárquicas a destruição dos corpos *intermediários* de poder e de quaisquer estruturas particulares que admitam tratamento diferenciado a tal ou qual grupo. Daí a noção de um poder único que trate de maneira uniforme todos os indivíduos ao mesmo tempo. A partir dessa premissa, duas conseqüências são deduzidas. A primeira é da concentração, nas mãos de um único poder, de toda a autoridade. A segunda é a necessidade da legislação uniforme, cada vez mais abstrata e universal.”<sup>29</sup>

Segundo Tocqueville, aquelas sociedades que se concentram na incondicionalidade da busca da igualdade podem ser vítimas do efeito perverso da tirania, do “despotismo democrático”. Se o que distingue a moderna sociedade é a extensão, como ideal, do princípio da igualdade em detrimento das estruturas hierárquicas, rígidas, fixamente estabelecidas e personalistas das sociedades tradicionais, o desafio permanente que está posto aos homens modernos é evitar que o princípio abstrato de justiça igualitária se desdobre e se realize em estruturas burocráticas, uniformizadoras segundo códigos universais e racionais de interação social, estruturas que, paradoxalmente, podem conduzir ao restabelecimento da rigidez das hierarquias e de estruturas de privilégios conferidos pelos cargos e funções burocráticas.

Esta motivação central da reflexão tocquevilliana tem sua correspondência teórica na eleição feita por Max Weber da racionalidade como dimensão crucial nas modernas sociedades ocidentais. Uma dimensão que, originada na esfera das relações econômicas, estende-se como valor às outras regiões da vida cotidiana. A racionalização como valor pode resultar empiricamente na “jaula de ferro”, ou seja, na irracionalidade de interações movidas segundo procedimentos formais distanciados dos fins para os quais são construídas, e segundo os quais deveriam ser balizadas.

A referência de Tocqueville é a experiência francesa, e o contraponto modelar viria com a Inglaterra, modelo que de tão particular acaba sendo mais exceção do que recorrência.<sup>30</sup> Em Max Weber não há propriamente um contraponto histórico empírico que tenha sido bem-sucedido, mas há o alerta sobre a convivência permanente e tensa entre racionalidade substantiva e racionalidade instrumental.<sup>31</sup> Mantém-se também em Weber como ousadia

<sup>29</sup> Jasmim, Marcelo. Individualismo e despotismo: a atualidade e Tocqueville. *Presença*, p. 47.

<sup>30</sup> A tese de Alexis de Tocqueville está registrada em suas duas obras clássicas: *Democracia na América* e *O antigo regime e a revolução*.

<sup>31</sup> Ver, entre outros: Brubaker, 1984; e ainda Hollis, 1987.

no mundo contemporâneo balancear as tendências entre esses dois móveis da ação social moderna.

Não foi gratuita a referência à dimensão espacial neste texto. É ela que nos traz a chave com a qual estabeleceremos as correspondências teóricas prometidas. Mário Pedrosa é quem anuncia a primeira evocação, o sentido geral moderno da utopia que inspirou a nova cidade-capital do Brasil:

“A cidade ideal moderna não se coaduna mais nem com a centralização militar do poder *à la barroca*, nem com o gosto pequeno-burguês do subúrbio, nem com o desenvolver ao deus-dará do liberalismo. Ela quer uma estrutura humana através da qual expandir-se e restaurar a coesão social perdida. Sonha por isso em conciliar a ordem, a técnica urbanística mais avançada, um desenvolvimento planejado, com o calor humano e o convívio social direto de seus habitantes, como na época da comuna.”<sup>32</sup>

Os desafios se aproximam daqueles anunciados por Tocqueville e Weber. O sentido moderno da arquitetura, o *desafio moderno* consiste em conciliar arte e técnica (liberdade e igualdade?), arte e funcionalidade. É provável que a equação arquitetônica das capitais modernistas tenha pendido a favor do desequilíbrio, o que confere legitimidade às dezenas de interpretações críticas do resultado da utopia traída, frustrada. Mas não é razoável, nem conceitualmente sustentável, retirar dos projetos e das experiências das capitais modernistas o sentido e o selo de modernidade que carregam. É uma época a nossa em que as utopias se transformam em planos, diz Mário Pedrosa. Nossa época viu crescer o argumento de que a ciência seria a única alternativa para sistematizar, institucionalizar sonhos e ideais dispersos. Os modernistas mineiros foram protagonistas, no Estado pós-30, dessa engenharia na área da política cultural, cujas linhas se espalhavam assistematicamente nos anos 1920 através dos inúmeros projetos de reformas assinados por educadores ilustres. O governo JK, em direção semelhante, seria o artífice do plano que daria *unidade* e concretude histórica a uma idéia que, esparsa e erraticamente, irrompia em conjunturas diversas da vida política do país desde a Colônia.

Dos tempos de Capanema sobrou-nos uma pesada estrutura formal, “igualitária” e pouco afeita às diferenças, à liberdade portanto.<sup>33</sup> Dos anos JK herdamos o emblema da utopia urbana que, em sua incompletude, denuncia e cumpre a profecia tocquevilliana para as sociedades modernas. E os tempos

<sup>32</sup> Pedrosa, 1981:299.

<sup>33</sup> Cf. Schwartzman, Bomeny & Costa, 1984.

JK, tão celebrados na lembrança democrática, plural e por isso política, nos deixam, paradoxalmente, como símbolo uma cidade-capital, campo privilegiado da ação autoritária. A capital em que os governantes se isolam do resto do país, a “ilha da fantasia”, é também a capital da segurança nacional entendida como segurança do Estado forte e autoritário. Ou por outra, a nova capital, nascida da iniciativa, da ousadia, da tenacidade de homens públicos, da política, seria hoje o paraíso, se não da igualdade, da tecnocracia, filha dileta do planejamento como valor, filha bastarda da política como fim.

Mas o sentido dessas lembranças é outro. Se é inegável a constatação das “traições” sucessivas do ideário utópico de realização moderna, quer nos processos de autonomização pela educação (de que se ocuparam nossos modernistas no poder), quer na instituição do espaço urbano da igualdade (desafio a que se puseram os políticos e artistas de nosso século), uma observação precisa ser aí acrescentada. A estrutura e a institucionalização do sistema educacional que se mantêm até hoje no país vêm daquele momento de fundação do Estado nacional, e as cidades nascidas do “sonho de razão” urbana atravessam décadas, chegando a primeira, Belo Horizonte, a ser classificada como uma das mais bem-sucedidas no que diz respeito à qualidade de vida, integração populacional e produção industrial. E a segunda, a despeito de todas as fundadas e legítimas críticas, redimensionou geográfica e politicamente um país desafiado desde o início pela dispersão e extensão continentais. Belo Horizonte consolidou-se no papel de terceira cidade mais importante do Brasil, devendo se tornar em breve, como adianta Schmidt, “o segundo centro, suplantando o Rio de Janeiro”.<sup>34</sup> Brasília tem sido responsável pelo redirecionamento da migração interna no país, influenciando decisivamente na efetiva ocupação da região Centro-Oeste. As experiências modernas precisam ser lidas como tais, ou seja, como projetos *incompletos*, permanentemente submetidos ao rigor e rediscussão crítica. O sistema educacional precisa ser repensado em sua dinâmica que, projetada em 1930, é inteiramente inadequada ao país do final do século XX. A capital da nação precisa ser avaliada com os critérios de reflexão adequados ao momento contemporâneo. Concebida no meio do século, precisa passar pela reflexão que envolva os problemas que o mundo contemporâneo vem impondo aos grandes centros metropolitanos. O fato é que Mário Pedrosa tem razão quando diz que estamos, como americanos, “conde-

---

<sup>34</sup> Schmidt, 1981:368.

nados ao moderno” por sermos países *construídos* a partir de categorias, procedimentos, informações e modelos que integram o rol das conquistas do mundo capitalista burguês às quais, ao que tudo indica, resistiremos enormemente a renunciar.

No diagnóstico nada utópico tanto de Tocqueville quanto de Weber, encontramos uma brecha a partir da qual seria possível reler essa reflexão. Tanto um como outro deixaram registrada a possibilidade de intervenção dos atores no sentido de restaurar, ainda que provisoriamente, o balanço mais favorável entre ação e procedimentos. Os arquitetos supunham que a arquitetura seria capaz de transformar aquele mundo urbano, restaurando uma prática social mais interativa e igualitária. Seria um equívoco negar à arquitetura o poder de transformação que, sem dúvida, é capaz de provocar. Mas seria ingênuo supor que a configuração espacial isolada da ação política respondesse por funções interativas, que se constroem na prática social cotidiana. A elite social e política, nesse caso, acaba sendo responsável pelo enquistamento ou pela socialização mais extensiva de benefícios e vantagens que a vida urbana pode propiciar aos homens, seus habitantes. O projeto arquitetônico de Brasília serviu modelarmente a um projeto de elite tecnocrática, segmentando a população excluída das hostes de poder, deixando inclusive inconcluso o projeto original de planejamento arquitetônico. A crítica contemporânea dessa experiência urbana moderna deve incluir em seu fundamento a relação entre espaço e poder, recolocando na dimensão prática das relações sociais um segmento que se cristalizou no insulamento burocrático, artificial e perverso. Concentrar a crítica nas linhas da arquitetura moderna, ou no projeto dos modernistas, é retirar dos homens públicos a responsabilidade que têm, e pela qual devem responder, na condução da vida política e social do país. Neste sentido, a conclusão de Holston nos deixa pouca chance de intervenção. “A questão é que a arquitetura moderna de Brasília nunca poderia ser outra coisa senão de elite. A questão é que essa arquitetura é dedicada à preservação de status e desigualdade.”<sup>35</sup> Se isso é verdade, é verdade também que a população brasiliense não sacralizou esse princípio. Vem crescente e ininterruptamente ocupando, pela transgressão, espaços que não lhe foram destinados no projeto original. Alguma semelhança com os amontoados de residências e comércios ilegais que se avolumam nos cantos, periferias e zonas nobres das

---

<sup>35</sup> Holston, 1980:176.

idades e grandes centros cosmopolitas tradicionais? E das suspeições da imaginação sociológica, uma nos fica como alerta e diz respeito aos anos JK. Lembrado sempre pela cor e brilho que retirou da política, o governo Juscelino Kubitschek talvez seja exemplo bem acabado de um sentido de ação que facilita desdobramentos imprevistos, ou melhor, indesejados. Teoricamente, uma conseqüência lógica da eleição de certas premissas. Vulgarmente, uma “traição” da mineiridade modernista atualizada e revivida nos anos dourados do Brasil de JK?

### *Referências bibliográficas*

- Andrade, Luciana de. Aventureiros e vadios. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro, FCRB (1), maio 1986.
- Benevides, Maria Victoria. *O governo Kubitschek*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- Berman, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar; a aventura da modernidade*. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 1986.
- Bomeny, Helena. Mineiridade dos modernistas; a República dos mineiros. Rio de Janeiro, Iuperj, 1991. (Tese de Doutorado.)
- Brubaker, Rogers. *The limits of rationality; an essay on the social and moral thought of Max Weber*. London, George Allen & Unwin, 1984.
- Caffozza, Maria Luíza. Brasília: a utopia frustrada. Rio de Janeiro, 1984. (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano.)
- Campos, Luis Alberto de. Brasília capital do controle e da segregação social — uma avaliação da ação governamental na área de habitação do Distrito Federal. Brasília, 1988. (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano.)
- Carvalho, José Murilo de. *Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- Coelho, Marcelo. O lugar das ilusões — Brasília e os paradoxos do desenvolvimento. *Lua Nova* (23), mar. 1991.
- Durand, José Carlos. Negociation politique et renovation de l'architecture: Le Corbusier au Brésil. *Actes de la Recherche*. Paris (88), juin 1991.
- Evenson, Norma. *Two Brazilian capitals; architecture and urbanism in Rio de Janeiro and Brasília*. New Haven, London, Yale University Press, 1973.

- Ferreira Neto, Edgard. O imprevisto da civilização. Niterói, UFF, 1989. (Dissertação de Mestrado.)
- Gonzales, Suely Franco Neto. A estratificação residencial urbana: o caso de Brasília. Porto Alegre, 1979. (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional.)
- Guimarães, Berenice. Cafuas, barracos e barracões: Belo Horizonte, cidade planejada. Rio de Janeiro, Iuperj, 1991. (Tese de Doutorado.)
- Hollis, Martin. *The cunning of reason*. Cambridge University Press, 1987.
- Holston, James. A linguagem das ruas: o discurso político em dois modelos de urbanismo. In: *Anuário antropológico do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, UFCE, 1980.
- Iwakami, Luíza Naomi. Espaço urbano em Brasília e a trajetória da resistência popular na vila Paranoá. Brasília, 1988. (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano.)
- Lafer, Celso. The planning process and the political system in Brazil; a study on Kubitschek's target plan. Cornell University, 1970. (PhD Thesis.)
- 1001 teses sobre o Brasil urbano. Catálogo bibliográfico 1940/1989*. Rio de Janeiro, Iuperj/Anpur/Urbadata, 1991.
- Nosso século, 1945-1960*. A era dos partidos. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- Nunes, Edson de Oliveira. Burocratic insulation and clientelism in contemporary Brazil. Berkeley, University of California, 1984. (PhD Thesis.)
- Ozorio, Paulo Henrique. La création de Belo Horizonte. Jeu et enjeu politiques. Grenoble, Université des Sciences Sociales, avr. 1981. (Doctorat 3<sup>eme</sup> Cycle.)
- Paviani, Aldo. Mobilidade intra-urbana e organização espacial: o caso de Brasília. Belo Horizonte, 1977. (Tese de Livre-docência em Geografia.)
- Pedrosa, Mário. *Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília*. São Paulo, Perspectiva, 1981.
- Rama, Angél. *A cidade das letras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- Resende, Maria Efigênia Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (39), jul. 1974.
- Santos, Cecília Rodrigues dos et alii. *Le Corbusier e o Brasil*. São Paulo, Tessela, 1987.

- Schmidt, Benício Viero. A modernização e o planejamento urbano brasileiro no século XIX. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, 24(3), 1981.
- Schorske, Carl. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena & Costa, Vanda Ribeiro. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- Simmel, Georg. A metrópole e a vida mental. In: Velho, Otávio (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.
- Vasconcelos, Sylvio de. *Mineiridade; ensaio de caracterização*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1968.